

## LEGISLAZIONE PARTICOLARE

CONFERENZA EPISCOPALE BRASILIANA, **Statuto della Conferenza episcopale brasiliana**, 19 febbraio 2002, in *Documentos da Cnbb. Coleção Azul*, n. 70 (\*).

### Capítulo I NATUREZA E MISSÃO

#### *Natureza e fins*

*Art. 1.* — A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (Cnbb) é a instituição permanente que congrega os Bispos da Igreja católica no País, na qual, a exemplo dos Apóstolos, conjuntamente e nos limites do direito, eles exercem algumas funções pastorais em favor de seus fiéis, e procuram dinamizar a própria missão evangelizadora, para melhor promover a vida eclesial, responder mais eficazmente aos desafios contemporâneos, por formas de apostolado adequadas às circunstâncias (cf. cân. 447), e realizar evangelicamente seu serviço de amor, na edificação de uma sociedade justa, fraterna e solidária, a caminho do Reino definitivo.

#### *Missão*

*Art. 2.* — Respeitada a competência e a responsabilidade inalienáveis de cada membro, em relação à Igreja universal e à sua Igreja particular, cabe à Cnbb, como expressão peculiar do afeto colegial:

*a)* omentar uma sólida comunhão entre os Bispos que a compõem, na riqueza de seu número e diversidade, e promover sempre a maior participação deles na Conferência;

*b)* ser espaço de encontro e de diálogo para os Bispos do País, com vistas ao apoio mútuo, orientação e encorajamento recíproco;

*c)* concretizar e aprofundar o afeto colegial, facilitando o relacionamento de seus membros, o conhecimento e a confiança recíprocos,

---

(\*) Vedi nota di J.I. Alonso Pérez, Nova et vetera nella *Conferenza Nazionale dei Vescovi del Brasile*, alla fine del documento.

o intercâmbio de opiniões e experiências, a superação das divergências, a aceitação e a integração das diferenças, contribuindo assim eficazmente para a unidade eclesial;

*d)* estudar assuntos de interesse comum, estimulando a ação concorde e a solidariedade entre os Pastores e entre suas Igrejas;

*e)* facilitar a convergência da ação evangelizadora, graças ao planejamento e à Pastoral Orgânica, em âmbito nacional e regional, oferecendo diretrizes e subsídios às Igrejas locais;

*f)* exercer o magistério doutrinal e a atividade legislativa, segundo as normas do direito;

*g)* representar o Episcopado brasileiro junto a outras instâncias, inclusive a civil;

*b)* promover, atenta aos sinais dos tempos, a permanente formação e atualização dos seus membros, para melhor cumprirem o múnus pastoral;

*i)* favorecer a comunhão e participação na vida e atividades da Igreja, das diversas parcelas do povo de Deus: ministros ordenados, membros de institutos de vida consagrada e leigos, discernindo e valorizando seus carismas e ministérios.

### *Relacionamento eclesial*

*Art. 3.* — A Cnbb, no âmbito de suas finalidades e competência:

*a)* manifesta solicitude para com a Igreja e sua missão universal, por meio da comunhão e colaboração com a Sé Apostólica e pela atividade missionária, principalmente «*ad gentes*»;

*b)* favorece e articula as relações entre as Igrejas particulares do Brasil e a Santa Sé;

*c)* relaciona-se com as outras Conferências Episcopais, particularmente as da América, e com o Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam).

### *Relacionamento com a sociedade civil*

*Art. 4.* — A Cnbb, animada pela caridade apostólica, relaciona-se com os diversos segmentos da realidade cultural, econômica, social e política do Brasil, buscando uma colaboração construtiva para a promoção integral do povo e o bem maior do País e, quando solicitada, ajudando os Pastores das Igrejas locais.

*Art. 5.* — A Cnbb trata com as autoridades públicas as questões que interessam ao bem comum e à missão salvífica da Igreja, mantendo o conveniente entendimento com a Nunciatura Apostólica.

### *Relacionamento com organismos eclesiais*

*Art. 6.* — A Cnbb mantém um relacionamento particular e constante com os organismos que fomentam a comunhão e a solidariedade, em âmbito nacional, entre presbíteros e diáconos, ministros que, em virtude do sacramento da Ordem, são cooperadores especiais dos Bispos na evangelização e na edificação da comunhão eclesial.

*Art. 7.* — Para fomentar a comunhão e a colaboração pastoral e visando à promoção da evangelização e do bem comum, a Cnbb mantém relacionamento permanente e encontros regulares com outras organizações católicas, que representam, em âmbito nacional, as diversas categorias do Povo de Deus, especialmente com a Conferência dos Religiosos do Brasil (Crb), a Conferência Nacional dos Institutos Seculares (Cnis) e o Conselho Nacional dos Leigos (Cnl).

### *Diálogo ecumênico e inter-religioso*

*Art. 8.* — A Cnbb mantém diálogo fraterno com outras Igrejas cristãs e comunidades eclesiais presentes no País, na busca da unidade desejada por Cristo Jesus; procura também o diálogo respeitoso com as religiões não cristãs e com aqueles que aspiram sinceramente à verdade e ao bem; colabora com todos para a promoção e defesa da vida e da dignidade humana, o estabelecimento da justiça e da paz num mundo de liberdade e solidariedade.

## Capítulo II

### CONSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO

#### *Membros*

*Art. 9.* — São membros da Cnbb, a partir da posse no ofício e enquanto o ocupam:

- a)* os Bispos diocesanos, os que a eles se equiparam no direito e os Bispos coadjutores;
- b)* os Bispos auxiliares;
- c)* os Bispos titulares que exerçam no Brasil um ofício especial, confiado pela Sé Apostólica ou pela Cnbb;
- d)* os Prelados das Igrejas orientais católicas, com ofícios correspondentes aos das alíneas *a*, *b*, *c*, deste Artigo.

#### *Membros eméritos*

*Art. 10.* — Os Bispos eméritos participam das Assembléias Gerais, de acordo com o Art. 35, e podem ser chamados, por sua competência, a colaborar com a Cnbb, em comissões e grupos de trabalho.

### *Órgãos constitutivos*

*Art. 11.* — São órgãos constitutivos da Cnbb:

- a) a Assembléia Geral
- b) o Conselho Permanente
- c) a Presidência
- d) o Conselho Episcopal Pastoral
- e) o Secretariado-Geral
- f) os Conselhos Episcopais Regionais
- g) as Comissões Episcopais estáveis constituídas pela Assembléia Geral
- h) o Conselho Econômico
- i) o Conselho Fiscal.

Parágrafo único. Outras comissões e grupos de trabalho, embora não sendo órgãos constitutivos, colaboram com estes na execução das deliberações da Cnbb.

### *Organismos vinculados*

*Art. 12.* — Para mais eficaz realização de seus objetivos, conta a Cnbb com outras instituições não episcopais a ela vinculadas, que lhe prestam colaboração específica.

§ 1. Para que sejam consideradas vinculadas à Conferência, requer-se de cada uma delas que seja erigida ou aprovada, em sua natureza e fins, pela Assembléia Geral, e conste do seu Estatuto que:

- a) segue as diretrizes da Cnbb;
- b) está relacionada com a Comissão Episcopal Pastoral que a Cnbb lhe designar;
- c) para terem valor jurídico, seus Estatutos, canônico e civil, e as modificações que lhes forem feitas, devem ser aprovados pela Cnbb;
- d) sua diretoria é escolhida ou homologada pela Cnbb;
- e) um membro da Cnbb, por esta aprovado, acompanha em nome dela a instituição, tendo assento e voto ao menos consultivo, junto à direção e Assembléia.

§ 2. As instituições de que trata este Artigo podem pronunciar-se ou agir tão somente em nome próprio, não em nome da Cnbb.

### *Assessores e peritos*

*Art. 13.* — Para melhor cumprir a sua missão, a Cnbb conta com a colaboração de assessores e peritos, Bispos eméritos e presbíteros, ou outros membros da Igreja, os quais, em razão da preparação específica, experiência pastoral e integridade de vida, são chamados a cooperar, nos diversos órgãos e setores, no âmbito da Conferência Episcopal, ou com dedicação permanente ou em tarefas transitórias.

§ 1. Os subsecretários adjuntos, ecônomo, assessores e peritos nacionais terão sua indicação, determinação de atribuições e tempo de contrato aprovados pela Presidência da Cnbb, ouvido o parecer do Conselho Permanente, e suas nomeações, feitas pelo Presidente da Cnbb.

§ 2. Quanto ao tempo de duração dos contratos para os encargos enumerados acima no § 1, vale o determinado no Art. 17 deste Estatuto;

§ 3. Tais contratos são eventualmente renováveis, se isto for conveniente para a Cnbb.

*Art. 14.* — Os assessores e peritos, em espírito de fé e de serviço eclesial, agirão em íntima comunhão com os membros da Cnbb, seguindo as diretrizes desta e as normas do Regimento que lhes são próprias.

Parágrafo único. São os membros da Cnbb que conservam a responsabilidade pelas decisões, pronunciamentos e documentos da Conferência como tal, valendo para os assessores e peritos, o estabelecido no Art. 73.

### Capítulo III NORMAS GERAIS

#### *Normas supletivas*

*Art. 15.* — As normas para as Assembléias Gerais valem, quando for o caso e com as devidas adaptações, para os demais órgãos da Cnbb, na medida em que estes não possuam normas próprias.

#### *Atos e pronunciamentos*

*Art. 16.* — Os órgãos da Cnbb pronunciam-se e agem publicamente, seja em nome próprio, seja em nome de toda a Conferência, somente nos casos e limites estabelecidos neste Estatuto.

#### *Duração dos mandatos*

*Art. 17.* — Salvo caso expressamente excetuado, a duração do mandato nos cargos da Cnbb é de quatro anos, coincidindo com o quadriênio do mandato da Presidência.

*Art. 18.* — Expirado o tempo de mandato do titular de qualquer cargo, ele continua no exercício de suas funções até a posse do substituto.

### *Capacidade para cargos*

*Art. 19.* — Para os cargos de que trata o Art. 17, podem ser escolhidos apenas os membros da Cnbb que não o sejam a título transitório, respeitadas as demais exigências estatutárias.

### *Vacância e substituição*

*Art. 20.* — Ocorrendo a vacância de algum cargo da Presidência ou do Conselho Episcopal Pastoral, durante o decurso do mandato, far-se-á nova eleição, para completar o mandato, na primeira Assembléia Geral após a ocorrência da vaga, cabendo ao Conselho Episcopal Pastoral eleger um responsável interino para o cargo.

*Art. 21.* — Os cargos dependentes de escolha do Conselho Permanente ou do Conselho Episcopal Regional serão por estes preenchidos, para completar o mandato, em sua primeira reunião após a vacância, cabendo à Presidência do órgão escolher o substituto interino, se necessário.

### *Direito de voto*

*Art. 22.* — Mesmo pertencendo a um órgão por mais de um título, cada membro tem nele direito a um único voto.

### *Votações, eleições e deliberações*

*Art. 23.* — Nas votações, quer para deliberações, quer para eleições, deve-se obedecer às normas canônicas e às deste Estatuto.

Parágrafo único - Serão sempre secretas:

- a)* as votações para cargos estáveis;
- b)* a votação final global dos documentos oficiais da Cnbb.

*Art. 24.* — Nas deliberações, considera-se aprovada a matéria que obtiver o voto favorável da maioria absoluta dos votantes, salvo disposição especial do direito.

Parágrafo único. O voto «Sim, com emenda» indica aceitação da proposição na sua substância, mas com apresentação de modificação accidental, na forma ou no conteúdo; tal voto é considerado e computado como favorável à proposição, não se aproveitando eventual emenda que contrariar a substância da proposição aceita.

*Art. 25.* — O modo de eleição, disposto no Art. 43 *b*, aplica-se a todas as eleições na Cnbb, para os titulares de cargos e seus suplentes, salvo expressa exceção ou escolha para encargo eventual.

### *Reeleição*

*Art. 26.* — É permitida uma única vez a reeleição para exercer o mesmo cargo no quadriênio imediatamente seguinte, salvo o disposto no Art. 43 § 3º.

## Capítulo IV ASSEMBLÉIA GERAL

### *Natureza e competência*

*Art. 27.* — A Assembléia Geral, órgão supremo da Cnbb, é nesta a expressão e a realização maiores do afeto colegial, da comunhão e corresponsabilidade dos Pastores da Igreja no Brasil.

Parágrafo único. Ao participar da Assembléia Geral, seus membros procurarão, no diálogo e colaboração, a realização dos objetivos da Cnbb, para o bem do povo de Deus.

*Art. 28.* — Para que na Assembléia Geral cresçam a comunhão e a participação, é indispensável que:

*a)* nela os Bispos experimentem sua Conferência como o espaço no qual podem encontrar-se entre si, exercendo o múnus de participantes da missão de Cristo Profeta, Sacerdote e Pastor;

*b)* se envidem esforços sinceros para que sejam ponderados, nas tomadas de posição em nome da Conferência, o sentimento profundo e as convicções de todos, também dos grupos minoritários.

*Art. 29.* — A Assembléia Geral tratará de assuntos pastorais de ordem espiritual e de ordem temporal e os problemas emergentes da vida das pessoas e da sociedade, sempre na perspectiva da evangelização.

*Art. 30.* — A Assembléia Geral, nos limites do direito, tem toda a autoridade e competência requeridas para o cumprimento dos próprios fins e dos da Cnbb, especialmente para:

*a)* aprovar instruções, diretrizes e documentos, inclusive as declarações doutrinárias de magistério autêntico;

*b)* baixar decretos gerais, nos casos e modos previstos pelo direito;

*c)* aprovar objetivos, diretrizes e programas para a Pastoral Orgânica, acompanhar e avaliar sua execução;

*d)* elaborar ou reformar os Estatutos e o Regimento da Cnbb;

*e)* dar normas e diretrizes para os órgãos e organismos da Cnbb;

*f)* eleger os responsáveis para os cargos que lhe cabe prover e realizar outras eleições, por decisão própria ou determinação da Santa Sé;

*g)* constituir ou suprimir as Comissões Episcopais Pastorais, conforme o Art. 70, e outras comissões ou grupos de trabalho, definindo-lhes a composição e atribuições;

- b) erigir ou aprovar as instituições de que trata o Art. 12;
- i) tomar as decisões mais relevantes de ordem patrimonial e determinar as contribuições das dioceses para a manutenção da Cnbb.

### *Convocação*

*Art. 31.* — A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, e extraordinariamente, quando, para fim determinado e urgente, sua convocação for requerida por, no mínimo, um terço de seus membros ou pelo Conselho Permanente.

Parágrafo único. O Regimento especificará a forma de convocação e de preparação das Assembléias ordinárias e extraordinárias.

### *Temas e Pauta*

*Art. 32.* — Tanto os órgãos da Cnbb como os membros desta podem propor tema para a Assembléia Geral, na forma do Regimento.

§ 1. Cabe ao Conselho Permanente decidir o conteúdo da pauta, a ser comunicada aos membros juntamente com a convocação.

§ 2. A pauta decidida pelo Conselho Permanente tem-se por aceita, salvo destaque contrário, feito segundo o Regimento e aprovado pelo plenário da Assembléia Geral.

### *Presença e participação dos membros*

*Art. 33.* — Todos os membros da Cnbb são convocados para a Assembléia Geral, como membros desta, e devem a ela comparecer, não se admitindo presença por delegação ou representação.

*Art. 34.* — Com as ressalvas do direito, têm voto consultivo e deliberativo apenas os membros presentes, podendo os ausentes serem votados.

### *Participação de outros Bispos*

*Art. 35.* — Devem ser convidados para as Assembléias Gerais, com voto consultivo:

- a) os Bispos eméritos e os outros Bispos, de qualquer rito, em comunhão com a Santa Sé e que tenham domicílio no País;
- b) os Bispos nomeados ou eleitos que ainda não forem membros da Cnbb.



### *Núncio Apostólico*

*Art. 36.* — Em razão de seu múnus, o Núncio Apostólico será convidado para as sessões da Assembléia Geral.

### *Sessões ordinárias*

*Art. 37.* — Das sessões das Assembléias Gerais participam ordinariamente somente os indicados nos Arts. 33 a 36 deste Estatuto; nelas disponham de tempo suficientemente longo para o encontro e o diálogo entre si, sem a presença de outros, a fim de reforçarem sua unidade como mestres da fé e partilharem a responsabilidade comum.

### *Participação eventual de outras pessoas*

*Art. 38.* — Por decisão da Presidência, outros que não os referidos nos Arts. 33 a 36, «poderão, de modo excepcional e em casos especiais, e somente com um voto consultivo, intervir em algumas sessões da Assembléia» (*Carta da Congregação para os Bispos... Prot. No. 763/98*), como assessores ou peritos, ou como convidados por uma razão particular, tal como representar entidades dentre as dos Arts. 6º, 7º, 8º, 12, quando sua presença for de interesse ou significado.

Parágrafo único. Os encarregados de serviços, presentes às reuniões, não têm voz nem voto.

### *Quorum*

*Art. 39.* — A Assembléia Geral só pode deliberar ou eleger, se estiver presente a maioria absoluta dos membros, salvo *quorum* maior, exigido pelo direito, em razão da matéria a ser votada.

### *Aprovação do Estatuto canônico*

*Art. 40.* — Tratando-se de elaborar ou modificar o Estatuto canônico da Cnbb, o voto deliberativo compete apenas aos Bispos diocesanos, aos equiparados a eles no direito e aos Bispos coadjutores, requerendo-se, para deliberar, a presença da maioria absoluta dos referidos membros.

### *Decretos gerais*

*Art. 41.* — A Cnbb pode baixar decretos gerais, com valor de leis, apenas nos casos prescritos pelo direito universal, ou por mandato especial da Sé Apostólica, seja por iniciativa desta, seja a pedido da própria Cnbb.

§ 1. Tais decretos serão válidos, se aprovados em Assembléia Geral, por pelo menos dois terços dos membros da Cnbb.

§ 2. Esses decretos passam a obrigar, depois de reconhecidos pela Santa Sé e promulgados de acordo com o Art. 54 *c*, entrando em vigor um mês após a data da promulgação, salvo se for estabelecido outro termo.

### *Declarações doutrinárias autênticas*

*Art. 42.* — Para que possam constituir magistério autêntico e ser publicadas em nome da própria Cnbb, as declarações doutrinárias desta devem ser aprovadas em Assembléia Geral, ou com o voto unânime dos membros Bispos, ou com a maioria de, ao menos, dois terços dos Bispos que têm direito a voto deliberativo; neste último caso, porém, a promulgação deve ser precedida pelo reconhecimento da Santa Sé.

### *Eleições*

*Art. 43.* — Serão eleitos pela Assembléia Geral:

*a)* em votações separadas, o Presidente, o Vice-Presidente e o Secretário-Geral da Cnbb, por maioria de dois terços dos votantes, no primeiro ou segundo escrutínio; e, por maioria absoluta dos votantes, no terceiro ou quarto escrutínio; após o qual, não tendo havido eleição, o quinto e último escrutínio se fará entre os dois candidatos mais votados no quarto escrutínio;

*b)* os presidentes das Comissões Episcopais Pastorais, por maioria absoluta dos votantes, no primeiro ou segundo escrutínio; após o qual, não tendo havido eleição, o terceiro e último escrutínio se fará entre os dois candidatos mais votados no segundo escrutínio.

§ 1. Apenas Bispo diocesano pode ser eleito Presidente ou Vice-Presidente da Cnbb; por isso, cessando aquele ofício, cessa ao mesmo tempo o de Presidente ou Vice-Presidente da Conferência.

§ 2. Somente Bispo pode ser eleito Secretário-Geral.

§ 3. A permanência na Presidência só é permitida por dois mandatos consecutivos.

### *Aceitação das decisões*

*Art. 44.* — Em virtude do afeto colegial e do bem comum, todos os membros da Cnbb procurarão cumprir as legítimas decisões da Assembléia Geral e abster-se de ato ou pronunciamento públicos contra o decidido, sem detrimento da competência e responsabilidade que lhes são próprias em suas dioceses.

### *Atas*

*Art. 45.* — As atas da Assembléia Geral serão remetidas à Santa Sé pelo Presidente da Cnbb e editadas, ou ao menos registradas, na publicação oficial da Cnbb.

## Capítulo V CONSELHO PERMANENTE

### *Natureza*

*Art. 46.* — O Conselho Permanente é o órgão de orientação e acompanhamento da atuação da Cnbb e dos organismos a ela vinculados, bem como órgão eletivo e deliberativo, nos limites deste Estatuto.

*Art. 47.* — O Conselho Permanente procurará, em todas as suas decisões, atividades e pronunciamentos, traduzir fielmente as diretrizes da Assembléia Geral, única instância que lhe pode rever ou contrariar os atos.

### *Constituição*

*Art. 48.* — Constituem o Conselho Permanente a Presidência, os presidentes das Comissões Episcopais Pastorais e os membros eleitos dos Conselhos Episcopais Regionais, de acordo com o Art. 66.

### *Competência*

*Art. 49.* — Compete ao Conselho Permanente:

- a)* orientar, apoiar, acompanhar as atividades da Cnbb e dos organismos a esta vinculados, cuidando para que se executem devidamente as decisões da Assembléia Geral e do próprio Conselho Permanente;
- b)* zelar pela observância dos Estatutos e normas da Cnbb e resolver conflitos que envolvam órgãos ou cargos;
- c)* determinar data, local e pauta das Assembléias Gerais e velar para que os temas a serem nelas tratados sejam diligentemente preparados;
- d)* convocar, por iniciativa própria, Assembléia Geral extraordinária, nos termos do Art. 31;
- e)* deliberar sobre qualquer assunto, por delegação da Assembléia Geral;
- f)* tomar decisões inadiáveis, « *ad referendum* » da Assembléia Geral, exceto em questão de competência exclusiva desta;

- g) fazer, em nome próprio, declarações ou emitir documentos, quando for do interesse da Igreja ou da sociedade;
- h) pronunciar-se ou agir em nome de toda a Cnbb, quando se requeira um posicionamento desta, no intervalo entre as Assembléias;
- i) cumprir o disposto no Art. 70;
- j) eleger os membros que lhe cabe escolher: do Conselho Nacional Pró-Santuário de Nossa Senhora. da Conceição Aparecida, das Comissões Episcopais Pastorais, dos Conselhos Económico e Fiscal, da Comissão de Textos Litúrgicos (Cetel) e de outras comissões ou grupos de trabalho;
- k) criar comissões especiais e grupos de trabalho;
- l) aprovar as normas de funcionamento dos órgãos nacionais, exceto as da Assembléia Geral;
- m) aprovar os Estatutos, canônico e civil, e as modificações que lhes fizerem dos organismos vinculados à Cnbb e aprovar os que, em nome desta, acompanharão tais instituições, nos termos do Art. 12 § 1º;
- n) dar o consentimento para os atos de administração extraordinária da Cnbb que excederem o valor indicado no Regimento;
- o) aprovar a prestação de contas da gestão financeira e patrimonial, os balanços e orçamentos da Cnbb, após o parecer do Conselho Fiscal, informando disso a Assembléia Geral.
- p) aprovar os planos de organização e o regulamento de que trata o Art. 57 k;
- q) dar à Presidência da Cnbb o parecer sobre os indicados para os cargos de subsecretários adjuntos, ecônomo, assessores e peritos nacionais;
- r) escolher ou homologar, conforme seus Estatutos, os dirigentes das instituições de que trata o Art. 12 e designar-lhes a Comissão Episcopal Pastoral com a qual cada uma estará relacionada;
- s) fazer o que compete à Cnbb, conforme os cânones 237 § 2, 312 § 1.2, 313-315, 320 § 2, 830 § 1; 831 § 2, e a legislação complementar brasileira ao Código de Direito Canônico.

### *Reuniões*

*Art. 50.* — O Conselho Permanente reúne-se, ordinariamente, três vezes ao ano, e, extraordinariamente, para fim urgente, quando for requerida a convocação, no mínimo pela metade de seus membros, ou pela Presidência da Cnbb.

§ 1. O Conselho Permanente só pode deliberar com a presença da maioria dos seus membros.

§ 2. Nas reuniões do Conselho Permanente poderão ser admitidos assessores e peritos, ou outras pessoas, nas condições do Art. 38.

## Capítulo VI A PRESIDÊNCIA

### *Natureza e constituição*

*Art. 51.* — A Presidência é o órgão dirigente e administrativo da Cnbb, constituído pelo Presidente, Vice-Presidente e Secretário-Geral.

### *Competência*

*Art. 52.* — Cabe à Presidência, em comunhão com os demais órgãos e no respeito à competência de cada um:

*a)* orientar e acompanhar globalmente a vida e atuação da Cnbb, para atingir seus fins, segundo o Estatuto e as diretrizes da Assembléia Geral e do Conselho Permanente;

*b)* providenciar, em sintonia com o Conselho Episcopal Pastoral e com a colaboração do Secretariado Geral, a execução das determinações administrativas emanadas da Assembléia Geral ou do Conselho Permanente, bem como secundar o Conselho Episcopal Pastoral, na execução das tarefas que lhe cabem;

*c)* pronunciar-se ou agir em nome da Cnbb, quando se impuserem decisões urgentes ou declarações inadiáveis, consultando, se possível, os outros membros do Conselho Permanente;

*d)* tratar com a Santa Sé os assuntos próprios da Cnbb;

*e)* relacionar-se, em nome da Cnbb, com o Poder Público, de acordo com o Art. 5º.;

*f)* desenvolver relações de comunhão e cooperação com as Conferências Episcopais e outras entidades eclesiais internacionais, particularmente o Celam;

*g)* criar comissões especiais e grupos de trabalho, em casos urgentes;

*h)* dirigir a preparação das reuniões da Assembléia Geral, do Conselho Permanente e do Conselho Episcopal Pastoral, bem como presidir a elas e coordená-las;

*i)* decidir, para fim urgente, a convocação extraordinária do Conselho Permanente ou do Conselho Episcopal Pastoral;

*j)* responder pela administração patrimonial e financeira da Cnbb, de acordo com o direito canônico e civil e as normas da Conferência;

*k)* fazer o que compete à Cnbb, conforme os cânones 316 § 2, 317 § 1, 318, 319, 825 §§ 1-2; 1425, § 4; 1439, §§ 1. 2, 3, e a legislação complementar brasileira ao Código de Direito Canônico;

*l)* resolver os casos omissos ou duvidosos dos Estatutos da Cnbb, do Regimento, ou das normas de qualquer órgão, «*ad referendum*» do Conselho Permanente;

m) preparar a proposta de pauta das reuniões ordinárias do Conselho Permanente, recebidas as sugestões do Conselho Episcopal Pastoral e dos Conselhos Episcopais Regionais.

### *Reuniões*

*Art. 53.* — A Presidência reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, e, extraordinariamente, por convocação do Presidente, por iniciativa deste, ou por pedido conjunto do Vice Presidente e o Secretário-Geral.

### *Presidente*

*Art. 54.* — Compete especificamente ao Presidente:

- a) representar legalmente a Cnbb, eclesiástica e civilmente, e, como tal, praticar os atos pertinentes às suas funções;
- b) convocar e presidir as reuniões da Assembléia Geral, do Conselho Permanente, do Conselho Episcopal Pastoral e da Presidência;
- c) promulgar os atos e documentos da Cnbb, editando-os em sua publicação oficial, ou, em casos particulares, por outro meio idôneo;
- d) baixar decretos singulares administrativos;
- e) informar cada Assembléia Geral ordinária a respeito da vida e das atividades da Cnbb;
- f) fazer o que compete à Cnbb, segundo o cânon 1112 § 1, de acordo com a legislação complementar brasileira ao Código de Direito Canônico.

### *Vice-Presidente*

*Art. 55.* — O Vice-Presidente colabora com o Presidente da Cnbb e o substitui em suas ausências e impedimentos.

### *Secretário-Geral*

*Art. 56.* — O Secretário-Geral colabora com a Presidência e o Conselho Episcopal Pastoral, na dinamização e coordenação de todos os setores e atividades da Cnbb, conforme as diretrizes da Assembléia Geral e do Conselho Permanente, orientando, para isso, os serviços e funções do Secretariado-Geral.

*Art. 57.* — Compete ao Secretário-Geral, em entendimento com o Presidente:

- a) dirigir o Secretariado-Geral e coordenar as suas atividades, superintender administrativamente a sede nacional da Cnbb, seus setores, funcionários e assessores;

b) gerir a administração financeira e patrimonial da Cnbb, coadjuvado pelo ecônomo;

c) cooperar com a Presidência na preparação das reuniões da Assembléia Geral, do Conselho Permanente, do Conselho Episcopal Pastoral e da Presidência, coordenar a realização delas e garantir a redação das atas, dos decretos, das decisões e atos de tais reuniões, levando-os ao conhecimento dos membros da Cnbb;

d) redigir outros documentos cuja elaboração lhe for confiada pelo Presidente da Cnbb, ou pelo Conselho Permanente;

e) comunicar às Conferências Episcopais limítrofes os atos e documentos que a Assembléia Geral ou o Conselho Permanente determinar enviar-lhes.

f) cuidar do relacionamento interno e externo da Cnbb;

g) promover e supervisionar as atividades de informação e divulgação da Cnbb, respondendo pelo setor de comunicação e publicações;

h) responder pelo arquivo documental e histórico da Cnbb, por meio do *Centro de Documentação e Informação da Cnbb*, segundo as orientações da Santa Sé e da própria Conferência;

i) apresentar à Presidência, para aprovação, conforme o Art. 13 § 1º, os candidatos a subsecretários adjuntos e ecônomo;

j) nomear os titulares dos cargos do Secretariado-Geral e contratar os funcionários da Cnbb;

k) propor à aprovação do Conselho Permanente os planos de organização do Secretariado Geral e de administração patrimonial e financeira, inclusive o plano de cargos e salários, como também o regulamento interno, dos quais trata o Art. 63.

## Capítulo VII

### CONSELHO EPISCOPAL PASTORAL

#### *Natureza*

*Art. 58.* — O Conselho Episcopal Pastoral (Consep) é o órgão executivo das decisões pastorais da Assembléia Geral e do Conselho Permanente e, como tal, promove e coordena a Pastoral Orgânica, em âmbito nacional.

#### *Constituição*

*Art. 59.* — Constituem o Conselho Episcopal Pastoral a Presidência da Cnbb e os presidentes das Comissões Episcopais Pastorais.

#### *Competência*

*Art. 60.* — São atribuições do Conselho Episcopal Pastoral:

a) coordenar as atividades das Comissões Episcopais Pastorais e de outras comissões, grupos de trabalho e setores de atividade ligados à ação pastoral da Cnbb;

b) em vista da Pastoral Orgânica, manter relacionamento com os organismos e instituições de que tratam os Art. 6, 7 e 12;

c) designar grupos de trabalho e assessorias e supervisionar-lhes as atividades.

### *Reuniões*

*Art. 61.* — O Conselho Episcopal Pastoral tem reuniões ordinárias, a serem definidas no Regimento, podendo ser convocado para reunião extraordinária, pelo Presidente da Cnbb, ou pela maioria de seus membros.

## Capítulo VIII

### SECRETARIADO-GERAL

*Art. 62.* — O Secretariado-Geral, a serviço de toda a Cnbb, particularmente da Presidência e do Conselho Episcopal Pastoral, é o órgão permanente executivo que serve à coordenação e intercomunicação, dinamização e eficiência dos órgãos da Cnbb, nacionais ou regionais, e dos organismos a ela vinculados.

*Art. 63.* — O Secretariado-Geral está sob a responsabilidade e coordenação imediata do Secretário-Geral, com a colaboração dos sub-secretários adjuntos e do ecônomo, e conta para funcionamento, com o seu plano de organização e o da administração financeira e patrimonial da Cnbb, como também com o regulamento interno, para setores e serviços, assessores e funcionários da sede nacional.

## Capítulo IX

### CONSELHOS EPISCOPAIS REGIONAIS

#### *Natureza e constituição*

*Art. 64.* — A Cnbb funciona, nas regiões delimitadas pela Assembleia Geral, por meio dos Conselhos Episcopais Regionais, formados de todos os membros da Cnbb domiciliados na região.

Parágrafo único. Os Conselhos Episcopais Regionais atuam também por meio de órgãos e entidades por eles instituídos.



### *Competência*

*Art. 65.* — Compete a cada Conselho Episcopal Regional:

- a) fomentar o afeto colegial, o relacionamento, a ajuda recíproca e solidária e a ação comum entre os Bispos da região;
- b) promover a aplicação das diretrizes emanadas da Santa Sé e da Cnbb;
- c) planejar e promover a Pastoral Orgânica regional, em sintonia com a nacional;
- d) coordenar as atividades regionais com as nacionais da Cnbb, mantendo com esta a comunhão eclesial e a corresponsabilidade pastoral;
- e) estudar assuntos de interesse eclesial e social da região, posicionar-se e atuar junto ao poder público, a serviço do bem comum, e dar conhecimento disso à Presidência da Cnbb;
- f) definir a própria organização e normas de funcionamento, por meio de Regulamento, respeitados os Estatutos e o Regimento da Cnbb sobre a matéria;
- g) aprovar as normas do secretariado executivo regional, das comissões e das instituições vinculadas ao Conselho Episcopal Regional;
- h) eleger os membros do Conselho Permanente que lhe cabe escolher;
- i) participar na elaboração da pauta do Conselho Permanente, nos termos do Regimento da Cnbb;
- j) escolher os responsáveis pelos cargos no Conselho Episcopal Regional e escolher ou confirmar, de acordo com as normas, os assessores e os responsáveis pelos setores do secretariado executivo regional;
- k) apresentar candidatos ao Episcopado;
- l) acompanhar a administração ordinária e dar o consentimento para atos de administração extraordinária, de acordo com o direito, quanto aos bens do Conselho Episcopal Regional, ou das instituições a este juridicamente vinculadas.

### *Participação no Conselho Permanente*

*Art. 66.* — No início do quadriênio de que trata o Art. 17, cada Conselho Episcopal Regional elegerá, dentre seus membros, um ou mais titulares e dois suplentes, para integrarem o Conselho Permanente.

Parágrafo único. Os Conselhos Episcopais Regionais de regiões com até quinze Igrejas particulares elegerão um titular; aqueles de regiões com mais de quinze até trinta Igrejas particulares elegerão dois titulares; aqueles de regiões com mais de trinta, elegerão três titulares.

### *Colaboração entre Regionais*

*Art. 67.* — Os Conselhos Episcopais Regionais favoreçam o estudo e a ação conjunta em torno de questões e desafios comuns que exigem a reflexão e a cooperação das Igrejas particulares de diversas regiões.

## Capítulo X

### COMISSÕES EPISCOPAIS E GRUPOS DE TRABALHO

#### I) Comissões Episcopais Pastorais

##### *Natureza e fins*

*Art. 68.* — As Comissões Episcopais Pastorais, cada qual no seu âmbito, e todas, pelos seus presidentes, no Conselho Episcopal Pastoral, promovem a Pastoral Orgânica nacional, com suas dimensões globais e setores especializados.

##### *Competência*

*Art. 69.* — Cada Comissão Episcopal Pastoral responde pelo estudo, proposta e animação dos programas e projetos do seu âmbito de atribuições, em sintonia com as demais Comissões, para garantia da unidade da Pastoral Orgânica.

##### *Constituição*

*Art. 70.* — Por proposta do Conselho Permanente, a Assembléia Geral fixa, para cada quadriênio, o número de Comissões Episcopais Pastorais, as atribuições e número de componentes de cada uma, tendo em vista as diretrizes da Pastoral Orgânica e as normas da Santa Sé.

*Art. 71.* — Os integrantes de cada Comissão Episcopal Pastoral são eleitos pelo Conselho Permanente, com exceção do presidente, que será eleito conforme o Art. 43 *b*.

Parágrafo único. Sem prejuízo da qualificação e disponibilidade para o cargo, procurar-se-á garantir uma presença equitativa das regiões do País nas Comissões Episcopais Pastorais e outras comissões ou grupos de trabalho.

##### *Organização*

*Art. 72.* — Cada Comissão Episcopal Pastoral decide sobre sua organização interna, estabelece com o Conselho Episcopal Pastoral o próprio programa de trabalho e o financiamento das atividades e indica

seus assessores, para a aprovação e nomeação, nos termos do Art. 13 §§ 1º, 2º, 3º.

### *Encaminhamento dos resultados*

*Art. 73.* — As Comissões Episcopais Pastorais, por iniciativa própria, não se pronunciarão nem se posicionarão publicamente, não editarão estudos nem documentos, e suas conclusões, propostas e resultados obtidos são encaminhados ao órgão competente em cada caso, para a devida providência.

## II) Comissões especiais e grupos de trabalho

*Art. 74.* — Para atendimento de seus objetivos, a Cnbb, nos termos deste Estatuto, pode criar outras comissões, estáveis ou não, formadas somente de membros da Cnbb, não enquadradas nos Arts. 68-72 deste Estatuto, ou também grupos de trabalho eventuais, cujos integrantes podem não ser membros da Conferência.

*Art. 75.* — Toda comissão ou grupo de trabalho está a serviço de um órgão constitutivo da Cnbb.

Parágrafo único. Aplica-se às comissões e grupos de trabalho o estabelecido no Art. 73.

*Art. 76.* — Cada comissão ou grupo de trabalho estabelece, com o órgão a que serve, o programa de trabalho, a eventual assessoria e o financiamento das atividades.

## Capítulo XI

### CONSELHOS ECONÔMICO E FISCAL

## I) Conselho Econômico

### *Finalidade e competência*

*Art. 77.* — O Conselho Econômico tem a finalidade e competência que lhe são atribuídas pelo direito canônico e determinadas no Regimento da Cnbb, devendo cooperar, por meio de pareceres e decisões, com os responsáveis pela gestão administrativa e financeira da Conferência.

*Art. 78.* — Ao Conselho Econômico compete, em particular, dar o consentimento para os atos de administração extraordinária, quando o direito canônico e as normas da Cnbb o exigirem para a validade de tais atos.

### *Constituição e funcionamento*

*Art. 79.* — O Conselho Econômico organiza-se e funciona de acordo com o Regimento da Cnbb, tendo como membros o Presidente e o Secretário-Geral da Cnbb e três presidentes de Comissões Episcopais Pastorais, escolhidos pelo Conselho Permanente.

Parágrafo único. O ecônomo e dois peritos em direito civil e economia participam das reuniões do Conselho Econômico, com voz, sem voto.

## II) Conselho Fiscal

### *Constituição*

*Art. 80.* — O Conselho Permanente elege, dentre os membros da Cnbb, um Conselho Fiscal, constituído de três titulares e dois suplentes.

§ 1. Os membros do Conselho Fiscal não poderão ser escolhidos dentre os integrantes do Conselho Episcopal Pastoral.

§ 2. O Conselho Fiscal, para o desempenho de sua tarefa, pode convocar peritos e assessores.

### *Competência*

*Art. 81.* — Ao Conselho Fiscal, após análise cuidadosa, compete dar parecer fundamentado, tanto a respeito da administração financeira e patrimonial, como dos balanços anual e de encerramento de mandato, perante o Conselho Permanente, para a deliberação deste.

## Capítulo XII

### ADMINISTRAÇÃO DOS BENS

#### *Bens e rendimentos*

*Art. 82.* — As atividades da Cnbb são mantidas pelas rendas de seu patrimônio estável, por campanhas anuais e doações, pelas contribuições das Igrejas particulares e ajudas de outras instituições.

#### *Administração*

*Art. 83.* — Na administração dos bens, sigam-se fielmente as normas do direito eclesiástico universal e particular, a legislação civil pertinente, as diretrizes e normas da Cnbb.

*Art. 84.* — A Presidência da Cnbb será regularmente informada sobre a gestão patrimonial e financeira da Cnbb e deve ser consultada so-

bre os atos administrativos, inclusive os ordinários, que, em vista da situação econômica da entidade, sejam relevantes.

### *Atos de administração extraordinária*

*Art. 85.* — Quanto aos atos de administração extraordinária, valem para a Cnbb as normas do direito universal e da legislação complementar para o Brasil, com as determinações do Regimento sobre quem os pode praticar e as condições para a sua validade.

### *O Ecônomo*

*Art. 86.* — Sob a supervisão da Presidência, por meio do Secretário-Geral, o ecônomo exerce suas funções, dentro dos limites de suas atribuições, cuidando:

- a) da administração ordinária dos bens móveis e imóveis, em particular da sede nacional da Cnbb;
- b) da conservação, rentabilidade e correta utilização do patrimônio;
- c) da administração dos diversos setores e do pessoal, respeitando a justiça social, a legislação trabalhista e previdenciária;
- d) das receitas e despesas aprovadas;
- e) da elaboração do projeto de orçamento e do balanço anuais;
- f) dos atos de administração extraordinária, com o consentimento prévio e a licença dos órgãos competentes.

## Capítulo XIII

### DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

*Art. 87.* — Este Estatuto canônico, uma vez reconhecido pela Santa Sé e promulgado por decreto do Presidente da Cnbb, entra imediatamente em vigor, no que couber, respeitados contudo os mandatos de todos os cargos, o funcionamento e competência da atual Comissão Episcopal de Pastoral (Cep), bem como a composição do Conselho Permanente, até que, em 2003, no final do quadriênio, a Assembléia Geral realize as eleições pelas novas regras e se constituam o novo Conselho Permanente, o Conselho Episcopal Pastoral e os demais órgãos da Cnbb, de acordo com este Estatuto.

*Art. 88.* — Este Estatuto poderá ser modificado pela Assembléia Geral, seguindo-se o disposto no Art. 87.

*Art. 89.* — Para sua ordenada e eficaz aplicação, o Estatuto canônico é particularizado e complementado pelo Regimento.

*Art. 90.* — Para atender à legislação do País, conta a Cnbb com o Estatuto civil.

*Art. 91.* — As instituições de que trata o Art. 12 devem, dentro de dois anos a contar da promulgação deste Estatuto canônico, ajustar os próprios Estatutos às novas normas, para aprovação do Conselho Permanente.

*Art. 92.* — A Assembléia Geral, no prazo de um ano, a contar da promulgação deste Estatuto canônico, promoverá a revisão do Estatuto Civil e do Regimento da Cnbb.

*Brasília - DF, 19 de fevereiro de 2002.*

---

### ***Nova et Vetera nella Conferenza Nazionale dei Vescovi del Brasile.***

#### ***1. La Cnbb e sua articolazione giuridica.***

La 37<sup>a</sup> Assembleia Geral della *Conferência Nacional dos Bispos do Brasil* (Cnbb) decise nel 1999, in prossimità del cinquantésimo anniversario della sua costituzione, di affrontare una ampia revisione della sua organizzazione e funzionamento, e a questo scopo creò una commissione *ad hoc* per la riforma degli Statuti che avrebbe dovuto tener conto delle nuove esigenze<sup>(1)</sup>. Oltre al comune sforzo di tante Conferenze dei Vescovi sparse per il mondo nell'adempiere le indicazioni date dalla Suprema Autorità attraverso la revisione dei loro Statuti<sup>(2)</sup>, vi erano motivazioni più particolari. Dopo trenta anni di esistenza si sentiva il bisogno di superare le omissioni e di incorporare allo Statuto le figure e gli organismi attivati durante questi anni. Il modello organizzativo e di lavoro previsto negli Statuti del 1970 e seguenti era stato alterato, di fatto, da nuove realtà emergenti:

Da una parte si costatava il ricorso ad un nuovo modo di coordinare la Conferenza attraverso un organismo non previsto statutariamente: la riunione tra la Presidenza e la Commissione Episcopale di Pastorale (Cep) a cadenza mensile, che risultava il vero momento di governo della Cnbb anche perché il Consiglio Permanente si riuniva ordinariamente solo una volta l'anno (art. 15, *Statuto* 1970).

Da altra, dalla creazione di nuove commissioni episcopali, che avevano di fatto espropriato e ridotto alcune delle competenze proprie del Consiglio Permanente, risultava che questo non era più il vero centro nevralgico della Cnbb nei periodi tra le Assemblee Plenarie.

---

(1) CNBB, *Boletim de Imprensa*, n. 06, 2001 luglio 13.

(2) Cfr. F. FABENE, *I nuovi Statuti delle Conferenze Episcopali: linee portanti*, in questa *Rivista*, 13 (2001), pp. 561-573.

La 39<sup>a</sup> Assemblea Generale della Cnbb approvò il 19 luglio 2001 il testo del nuovo Statuto canonico, che contava 91 articoli. Questo testo era stato inviato alla Congregazione per i Vescovi e, in data 19 febbraio 2002, fu corretto dalla Presidenza della Cnbb seguendo le indicazioni del Dicastero. Il testo già modificato fu approvato il 10 aprile 2002 dalla 40<sup>a</sup> Assemblea Generale della Cnbb e il giorno 12 ricevette la revisione (*recognitio*) della Congregazione<sup>(3)</sup>. Promulgato dal Presidente della Cnbb il 22 maggio e in seguito pubblicato, è entrato in vigore il 31 maggio 2002<sup>(4)</sup>.

Il 17 aprile 2002, una settimana dopo dell'approvazione del testo dello Statuto, la stessa Assemblea ha approvato anche un nuovo Regolamento che è entrato immediatamente in vigore<sup>(5)</sup>.

Il nuovo Statuto canonico della Cnbb conta, dopo il passaggio nel Dicastero romano, 92 articoli divisi in tredici capitoli.

In primo luogo, si rileva che questo nuovo Statuto riesce ad essere più completo del precedente, giacché regola finalmente l'esistenza degli organi che effettivamente strutturano la vita della Conferenza, attribuendo ad essi competenze precise, descrivendone composizione e attribuzioni.

Finalmente la Cnbb, che raggruppa il corpo episcopale più numeroso al mondo — un totale di quattrocentsedici Vescovi<sup>(6)</sup> —, adotta una terminologia in consonanza con quella delle altre Conferenze dei Vescovi. Così si chiamano «consigli» agli organi collegiati più importanti, eccezione fatta per l'Assemblea. Si prevedono altri organismi collegiali formati sempre da membri — Vescovi — della Cnbb, ma di costituzione non necessaria; questi, a differenza dei primi, si chiamano «Commissioni Episcopali». In più, si fa riferimento ad altri organismi eventuali ai quali possono partecipare anche soggetti non membri della Cnbb, cioè non Vescovi; questi organismi eventuali si chiamano non più «Commissione», ma semplicemente «Gruppo di Lavoro» (art. 74), per meglio distinguerli delle Commissioni episcopali.

Ugualmente vengono costituite le «Commissioni Episcopali», talora già esistenti, segnalandosi tra loro le «Commissioni Episcopali Pastorali». Finora all'interno della Commissione Episcopale di Pastorale ogni settore della pastorale era affidato ad un solo Vescovo, assi-

(3) CONGREGATIO PRO EPISCOPIS, Prot. n. 829/2000.

(4) PRESIDENTE CNBB, *Decreto* n. 01/2002, in: CNBB, *Comunicado Mensal*, n. 560, 2002 aprile, p. 584-678. Anche in: CNBB, *Estatuto Canônico e regimento da Cnbb*, São Paulo, 2002 (CNBB, *Documentos da Cnbb. Coleção Azul*, n. 70).

(5) PRESIDENTE CNBB, *Decreto* n. 02/2002, in *Serviço de Documentação*, 35 (2002), p. 164.

(6) CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (Cnbb), *Estatística sobre a Igreja no Brasil*, dati del 9 marzo 2004.

stito da un gruppo di assessori non insigniti del carattere episcopale. Con la creazione delle Commissioni Episcopali, integrate dai soli membri della Cnbb, si riesce da una parte ad evitare di concentrare la responsabilità di un ambito della pastorale in un solo Vescovo e, dall'altro, ad evitare l'intervento troppo diretto di assessori non Vescovi in affari che, per la natura stessa della Cnbb, aspettano ai soli Vescovi.

Risulta di interesse l'inclusione nel testo dello Statuto di organismi già esistenti in precedenza il cui funzionamento non era però regolamentato nello Statuto: il « Consiglio Economico » e il « Consiglio Fiscale ». A sua volta è stato ampliato il capitolo dedicato all'amministrazione patrimoniale, introducendo la figura dell'Economo.

## 2. *Il testo del nuovo Statuto canonico.*

### 2.1. *Sulla definizione della Cnbb.*

Una Conferenza Episcopale è il « *coetus Episcoporum alicuius nationis vel certi territorii, munera quaedam pastoralia coniunctim pro christifidelibus sui territorii exercentium* »<sup>(7)</sup>, cioè il raggruppamento dei Vescovi di un certo territorio allo scopo di esercitare « congiuntamente » *alcune*<sup>(8)</sup> funzioni del loro ministero pastorale.

Per raggiungere questo scopo e mantenere meglio l'unità pastorale della Conferenza, affinché questa fosse un organismo unitario e partecipativo aperto a tutti i Vescovi, si è modificato il ruolo e le competenze di due organismi: le Commissioni Episcopali Pastorali, che finora attribuivano la responsabilità di un settore della pastorale a un solo vescovo e che ora si costituisce in un vero consiglio formato da vari Vescovi; e la valorizzazione dei Consigli Episcopali Regionali, che crescono di numero, di membri e attribuzioni all'interno del Consiglio Permanente.

Si continua a fare menzione di alcune organizzazioni cattoliche di ambito nazionale che rappresentano le diverse « categorie »<sup>(9)</sup> del po-

<sup>(7)</sup> Can. 447 CIC. La fonte del canone in: SACROSANCTUM CONCILIUM OECUMENICUM VATICANUM II, *Decretum Christus Dominus*, de pastoralibus episcoporum munere in *Ecclesia*, 1965 octobris 28, in *AAS*, 58 (1966), pp. 673-701, n. 38, 1 (d'ora in poi, *Christus Dominus*).

<sup>(8)</sup> Il Decreto conciliar *Christus Dominus*, n. 38, 1, non utilizzava questa restrizione che invece usa il can. 447 CIC. Per approfondire le motivazioni di una tale precisazione, cfr. G. GHIRLANDA, « *Munus regendi et munus docendi* » dei concili particolari e delle conferenze dei Vescovi, in *La synodalité. La participation au gouvernement dans l'Église. Actes du VII congrès international de Droit canonique*. Paris, Unesco, 21-28 septembre 1990, in *L'année canonique, Hors série*, vol. I, 1992, pp. 373-375.

<sup>(9)</sup> L'utilizzo del termine « categoria » per riferirsi agli *status* di vita dentro della Chiesa sembrerebbe fuorviante. L'idea della « rappresentanza » del popolo di Dio si riscontra anche nel nuovo Statuto della Conferenza dei Vescovi italiana. Cfr. CONFERENZA



polo di Dio (art. 7), benché si riduca drasticamente il loro ruolo rispetto a quanto faceva il precedente testo statutario (art. 40, *Statuto* 1970). In ogni caso queste organizzazioni non formano più parte della Cnbb, né quali organismi sussidiari<sup>(10)</sup>, né quali organismi legati<sup>(11)</sup>, né quali organismi non episcopali esterni<sup>(12)</sup>.

Importantissimo il riferimento agli assessori. Finora essi avevano svolto un ruolo predominante nello sviluppo dei singoli campi di pastorale, per quanto v'era solo un Vescovo a guidare ognuno di essi, essendo decisivo il lavoro degli assessori che li affiancavano, di solito non insigniti del carattere episcopale. Adesso la questione è regolata direttamente negli artt. 13-14, ove si indicano come possibili assessori i Vescovi emeriti e i presbiteri o perfino altri fedeli, a ragione soprattutto della loro preparazione in certe materie. Questi non sono membri della Cnbb e hanno un ruolo ristretto alla loro funzione di assessori, non potendo assumere la responsabilità decisionale che attiene esclusivamente i Vescovi membri della Cnbb. Per ciò l'art. 38 sottolinea che solo in modo eccezionale e per casi singoli si può ammettere la presenza di non membri alle sedute dell'Assemblea Generale, sempre senza voto deliberativo<sup>(13)</sup>.

## 2.2. Regole di funzionamento interno.

Si parificano in linea di massima le regole e norme che ordinano l'Assemblea Generale e gli altri organismi della Cnbb (art. 15), per quanto sono applicati — anche per questi — le regole della prima, a meno di specifiche deroghe, in particolare per le elezioni per il conferimento di incarichi (art. 25).

L'art. 23 raccoglie il contenuto del can. 172 *CIC*, facendo menzione espressa del voto segreto per le elezioni alle cariche stabili della Cnbb e per le votazioni dei documenti della Cnbb. A motivo della particolare importanza di questo tipo di votazioni, appare di gran rilievo la riaffermazione dell'obbligo del segreto, anche in riferimento al mandato giuridico imposto nell'art. 28*b*: che in ogni presa di posizione della Conferenza si manifestino i sentimenti profondi e le convinzioni di tutti, anche dei gruppi minoritari.

Di particolare importanza per la Cnbb è anche il riferimento alla ri-elezione (art. 26), che non viene proibita, ma solo limitata alla riele-

---

EPISCOPALE ITALIANA, *Statuto della Conferenza Episcopale Italiana*, in *Notiziario della Conferenza Episcopale Italiana*, 1998, pp. 273-301, Preambolo, n. 3.

<sup>(10)</sup> *Estatuto* 1970: Commissione Nazionale del Clero (artt. 30-31), Commissione Nazionale di Pastorale (artt. 32-34), in I.C. IBÁN, *op. cit.*

<sup>(11)</sup> *Estatuto* 1970, Art. 40, in I. C. IBÁN, *Gli statuti delle conferenze episcopali. II. America*, Padova, 1989, pp. 93-102.

<sup>(12)</sup> Cfr. *Ante-projeto de Estatuto*, art. 9.

<sup>(13)</sup> Cfr. CONGREGATIO PRO EPISCOPIS, Carta, Prot. n. 763/98.

zione per lo stesso incarico. Questo articolo va letto insieme all'art. 43 § 3°, che non consente di rimanere membro della Presidenza più di due mandati, come successo in passato.

### 2.3. *Assemblea Generale.*

L'Assemblea Generale raggruppa tutti i membri della Cnbb e costituisce l'organo supremo di essa (art. 27). Nel descrivere la funzione dell'Assemblea Generale, organo supremo della Cnbb con amplissime competenze, lo Statuto si sofferma sulla configurazione teologico-pastorale di essa: così si parla dell'affetto collegiale (art. 27), del bene del popolo di Dio (art. 28), dell'esercizio del triplice *munus* (art. 28b), riferendosi ai Vescovi come Pastori della Chiesa (art. 27) che lavorano sempre nella prospettiva dell'evangelizzazione (art. 29).

L'Assemblea si riunisce ordinariamente una volta l'anno (art. 31). Alle sue sedute assistono tutti i membri della Cnbb, che hanno anche l'obbligo di assistere (art. 33), anche se non si prevede nessuna sanzione nel caso d'inottemperanza di tale obbligo. In più sono invitati — e di conseguenza non hanno l'obbligo dell'assistervi — tutti i Vescovi emeriti o di altri Riti che siano domiciliati nel Brasile e che mantengano la comunione gerarchica, così come i Vescovi già nominati o eletti che non abbiano ancora preso possesso del loro ufficio (art. 35). Questi dispongono la sola voce, non il diritto di voto. Invece, in modo straordinario ed eccezionale, possono essere presenti in alcune sessioni dell'Assemblea con il solo diritto di voce alcuni periti, assessori od invitati la cui presenza, a giudizio della Presidenza, possa essere interessante o significativa a motivo di qualche ragione speciale, come potrebbe essere la rappresentanza delle entità con cui la Cnbb vuole mantenere un dialogo particolare (art. 39).

### 2.4. *Consiglio Permanente.*

Il Consiglio Permanente è un organismo che, a norma dei cann. 451 e 457 *CIC* sembrerebbe di obbligatoria presenza nelle Conferenze dei Vescovi e con una serie di attribuzioni indispensabili. Tali competenze sono piuttosto ampie, giacché esso diviene il vero organo esecutivo delle decisioni dell'Assemblea plenaria.

In esso confluiscono le Commissioni Episcopali Pastorali, la Presidenza e i Consigli Episcopali Regionali (art. 48). Questa larga rappresentatività può evitare, come segnalato da alcuni autori, il rischio di creare un'oligarchia di Vescovi nella Conferenza<sup>(14)</sup>, particolarmente quando essa è così grande come la Cnbb.

---

<sup>(14)</sup> G. FELICIANI, *De las Conferencias Episcopales*, in *Comentario exegético al Código de Derecho Canónico*, II, Pamplona, 1996, p. 979.

Il Consiglio Permanente viene definito con precisione relativamente al suo ruolo e alle sue competenze (art. 49), principalmente per quanto riguarda all'esecuzione delle decisioni dell'Assemblea. In funzione a questo ruolo di straordinaria importanza si chiede ora che si riunisca di norma tre volte l'anno (art. 50), anziché l'unica riunione ordinaria prevista dal testo del 1970.

La composizione del Consiglio Permanente non subisce variazioni sostanziali, tranne che per l'incremento del numero di membri eletti dai Consigli Episcopali Regioni (art. 66). Parrebbe legittimo che nella Conferenza rimanessero palesi le grandi differenze esistenti tra le diverse regioni del Brasile, con Pastori che si trovano davanti a bisogni diversi.

### 2.5. *Presidenza.*

La Presidenza è costituita dal Presidente, dal Vice-presidente e dal Segretario generale (art. 51), tutti eletti dall'Assemblea Generale a maggioranza di due terzi nel primo scrutinio (art. 43a). Tutti devono essere Vescovi, ma il Presidente e il Vicepresidente possono essere esclusivamente Vescovi diocesani in carica (art. 43 § 1 e 2), adeguandosi a quanto già previsto dal diritto comune<sup>(15)</sup>. Su di loro incidono particolarmente, come sopraddetto, il limite per una sola rielezione a qualunque carico della Presidenza (art. 43 § 3).

La Presidenza è l'organo preposto a dare esecuzione alle determinazioni dell'Assemblea, per relazionarsi sia con gli organismi centrali della Chiesa sia con i poteri pubblici e per dinamicizzare, in somma, tutta la vita interna della Cnbb (art. 52). Si riunisce una volta al mese (art. 53).

### 2.6. *Consiglio Episcopale Pastorale.*

I presidenti delle singole Commissioni Episcopali Pastorali, insieme alla Presidenza della Cnbb, costituiscono il Consiglio Episcopale Pastorale (Consep) (art. 59). Questo organismo, più ridotto, ha il compito di coordinare ed evitare la dispersione tra le molteplici Commissioni Episcopali (art. 58).

Questo Consiglio, non previsto dal Codice, nasce dalla legittima autonomia che il Codice stesso concede a ogni Conferenza nell'elaborazione degli Statuti (cfr. can. 451 *CIC*).

Questo Consiglio non può fare dichiarazioni a nome della Cnbb nemmeno nei casi d'urgenza, giacché, a norma del diritto, questa fun-

---

(15) Cfr. PONTIFICIUM CONSILIUM DE LEGUM TEXTIBUS INTERPRETANDIS, Responsio ad propositum dubium, *Utrum Episcopus Auxiliaris*, 1988 maii 23, in *AAS*, 81 (1989), p. 388; *Apostolos suos*, n. 17.

zione aspetta solo alla riunione plenaria della Conferenza<sup>(16)</sup>. Lo Statuto prevede questa facoltà alla Presidenza nei casi d'urgenza (art. 52c).

Il Consep si configura come un organo esecutivo delle decisioni dell'Assemblea e del Consiglio Permanente, organi a cui presta un servizio (art. 58).

### 2.7. *Consigli Episcopali Regionali.*

La vastità del territorio della Cnbb ha consigliato la creazione, all'interno della Cnbb, di Consigli Episcopali Regionali. Una tale divisione contribuisce a creare assemblee più ridotte ove i membri possano interagire più agevolmente e trattare i problemi in modo più diretto e personale.

Nella presente riforma i Consigli Regionali divengono nodo del funzionamento della Cnbb, per quanto responsabili di indicare la maggior parte dei membri del Consiglio Permanente, che a sua volta è stato rafforzato passando da riunioni ordinarie una volta l'anno a tre. Questa scelta è il segno di un importante e decisivo passo verso la decentralizzazione della Cnbb, che prenderà nuovi spunti da ogni situazione regionale. Il suo regolamento interno è demandato al testo del Regolamento della Cnbb (artt. 251-278).

### 2.8. *Commissioni Episcopali e Gruppi di lavoro.*

Va segnalato con particolare rilievo che — e questa è una delle principali innovazioni della riforma — il testo dello Statuto della Cnbb rimedia a una situazione che limitava molto la vita interna della Conferenza. Dal 1958 in poi vi era solo un Vescovo incaricato di tutta un'area di pastorale, ma si faceva affiancare da assessori solitamente non insigniti del carattere episcopale. Una composizione così ridotta per un lavoro così rilevante non trovava, a nostro avviso, giustificazione all'interno di un corpo episcopale così vasto come il brasiliano. Nel nuovo Statuto si dà risposta al bisogno di maggior partecipazione di tutti i Vescovi nelle attività della Conferenza e la Cnbb si allinea con il resto delle Conferenze dei Vescovi: si creano stabilmente le Commissioni Episcopali Pastorali.

Il numero delle Commissioni è fissato dall'Assemblea Generale ogni quadriennio<sup>(17)</sup> (art. 70). I suoi componenti sono nominati dal Consiglio Permanente, tranne il Presidente, che è eletto direttamente

<sup>(16)</sup> *Apostolos suos*, n. 23.

<sup>(17)</sup> Dopo l'approvazione dello Statuto si sono create dieci Commissioni Episcopali Pastorali per: Ministeri ordinati e vita consacrata; Laicato; Azione missionaria e cooperazione interecclesiale; Dottrina della Fede; Animazione biblico-catechetica; Liturgia; Ecumenismo e dialogo interreligioso; Servizio di carità, di giustizia e di pace; Cultura, educazione e comunicazione sociale; Vita e famiglia.

dall'Assemblea Generale; infatti i presidenti di queste Commissioni sono membri di diritto del Consiglio Permanente. Per evitare un'eventuale dispersione derivante dal moltiplicarsi le Commissioni, il coordinamento viene svolto, come sopradetto, all'interno del Consiglio Episcopale Pastorale.

Nessuna di queste Commissioni ha la facoltà di fare dichiarazioni pubbliche (art. 73); solo la Presidenza della Cnbb può farne. Con ciò si vuole sottolineare la natura stessa di coordinamento pastorale delle Commissioni, affinché la Chiesa presente nel Brasile abbia una voce uniforme. In ogni modo va ricordato che solo le decisioni della Assemblea plenaria della Conferenza possono acquisire, a norma del diritto, l'autorità magisteriale che in nessun caso possono avere quelle delle Commissioni<sup>(18)</sup>.

Oltre le Commissioni stabili per la Pastorale il Consiglio Permanente potrebbe creare Commissioni speciali (art. 49*k*). Le Commissioni speciali possono avere carattere stabile o meno, ma devono essere costituite sempre da membri della Cnbb (art. 74). Si può dar vita inoltre a Gruppi di lavoro, ove è consentito partecipare ad alcune persone che non sono membri della Cnbb. Il carattere eventuale e puntuale di questi Gruppi di lavoro evita l'eccessivo coinvolgimento di persone estranee alla Cnbb nelle materie che, per il loro carattere, aspettano ai soli Vescovi. Pare di capire che i membri di questi eventuali Gruppi di lavoro sono distinti, ma non incompatibili, con la carica di assessori e periti che la Cnbb può assegnare a tempo limitato (artt. 13-14). Parrebbe evidente che l'inciso che fa il paragrafo unico relativo a questi ultimi, sulla sola ed esclusiva responsabilità dei Vescovi relativamente ad ogni argomento trattato nella Cnbb, si applica anche a queste Commissioni speciali, che lavorano al servizio di alcuni degli organi costitutivi della Cnbb e che non possono rendere pubblici i loro lavori e documenti se non davanti agli organi che essi coadiuvano.

### 2.9. *L'amministrazione finanziaria.*

Tre sono le figure che appaiono nell'amministrazione finanziaria della Cnbb. Si tratta del Consiglio Economico, del Consiglio Fiscale e, in fine dell'Economo. Ambedue Consigli si presentano come organismi di controllo dell'amministrazione finanziaria della Cnbb, ma non come i gestori dell'economia della Cnbb. Il Consiglio Economico è integrato dal Presidente e dal Segretario della Cnbb, insieme a tre presidenti delle Commissioni Episcopali designati dal Consiglio Permanente (art. 79). Il loro ruolo principale consiste in dare il consenso per gli atti di amministrazione straordinaria (art. 78). Oltre il con-

---

(18) *Apostolos suos*, n. 23.

senso previo del Consiglio Economico, gli atti di amministrazione straordinaria necessitano del consenso di altri organi della Cnbb: della Presidenza, del Consiglio Permanente o, perfino, dell'Assemblea Generale, a secondo dal caso<sup>(19)</sup>.

Il compito del Consiglio Fiscale è di carattere ancora più tecnico, poiché deve formulare un parere circa tutta l'amministrazione economica della Cnbb. È integrato da tre membri della Cnbb, nessuno dei quali può partecipare al Consiglio Episcopale Pastorale. Data la natura tecnica del suo controllo si prevede che possa convocare periti o assessori (art. 80 § 2), il che sembrerebbe coerente e non pare turbare in alcun modo l'autonomia e responsabilità episcopale.

Le mansioni dell'Economo sono relative all'amministrazione dei beni della Cnbb (art. 86) e sostituisce la precedente figura del Sottosegretario per gli affari economici. Nulla si dice sui requisiti dell'Economo, in particolare se debba essere Vescovo o meno. In ogni caso l'Economo è subordinato in tutte le sue mansioni alla Presidenza attraverso il Segretario Generale.

È da notare che il testo dello Statuto precedente non si occupava dell'amministrazione dei beni, ma se ne occupava soltanto il Regolamento. Da questo punto di vista la sua inclusione nello Statuto era auspicabile, sebbene non abbia comportato nessuna modificazione a quanto previsto dal Regolamento.

### 3. *I sacri Pastori non latini nella Cnbb.*

L'istituto delle Conferenze dei Vescovi viene regolato nel *CIC* per la Chiesa latina (cfr. can. 1 *CIC*) ed è sconosciuto nel *Codex Canonum Ecclesiarum Orientalium*<sup>(20)</sup>. Il can. 450 § 1 *CIC* specifica l'appartenenza alla Conferenza dei Vescovi: non prevede l'obbligatorietà della presenza degli ordinari di altri Riti e neanche riconosce loro il voto deliberativo, «*nisi Episcoporum conferentiae statuta aliud decernant*»<sup>(21)</sup>. Nel Brasile v'è la presenza di tre Eparchie<sup>(22)</sup> di rito orien-

<sup>(19)</sup> La descrizione in dettaglio di questi casi si trova nell'art. 24 del Regolamento.

<sup>(20)</sup> *Codex Canonum Ecclesiarum Orientalium*, (CCEO), auctoritate Ioannis Pauli PP. II promulgatus, 18 Octobris 1990, in *AAS*, 82 (1990), pp. 1033-1363.

<sup>(21)</sup> Sulla genesi di questo inciso si veda: M. BROGI, *I Cattolici Orientali nel Codex Iuris Canonici*, in *Antonianum*, 58 (1983), pp. 232-235. Effettivamente i testi conciliari (*Christus Dominus*, n. 38, 2) estendevano il diritto di partecipazione alle Conferenze indipendentemente dal Rito — *omnes Ordinarii locorum cuiusque ritus* —, ma è stato il *CIC* a lasciarlo, invece, alla libera determinazione delle proprie Conferenze dei Vescovi.

<sup>(22)</sup> Eparchia de *Nossa Senhora do Líbano de São Paulo*, per i fedeli di Rito Maronita; Eparchia de *Nossa Senhora do Paraíso*, in São Paulo, per i fedeli di Rito Melquita; Eparchia de *São João Batista de Curitiba*, che serve ai fedeli di Rito Ucraino.

tale e un Esarchia<sup>(23)</sup>, oltre che un Ordinariato per i fedeli di Riti orientali<sup>(24)</sup>.

Il presente Statuto si è occupato dell'argomento nell'art. 9 *d*), concedendo la condizione di membro ai «prelati delle Chiese orientali cattoliche» con incarichi «correlativi» agli aventi diritto della Chiesa latina. Gli incaricati correlativi a cui fa riferimento l'art. 9 sono i Vescovi diocesani e *gli assimilati*, i Vescovi ausiliari e i Vescovi titolari che esercitano in Brasile un carico a favore della Santa Sede o della stessa Cnbb. L'affidamento della cura pastorale, sia a nome proprio che vicario, emerge come il vero criterio per l'attribuzione del diritto proprio a partecipare alla Cnbb.

La parola «prelato» è utilizzata in diritto canonico in senso tecnico per riferirsi ai titolari dell'affidamento del governo di una Prelatura, che può essere territoriale (can. 370 *CIC*) o personale (can. 295 *CIC*). Non riferendosi notoriamente l'articolo in specie a questa categoria di *gubernatores*, inesistenti nella gerarchia cattolica orientale, lo fa nel senso comune del termine, ovvero riferendosi agli ecclesiastici aventi giurisdizione, indipendentemente del loro grado di ordinazione. Questi sono, secondo il vocabolario tecnico del diritto canonico orientale, i «gerarchi» e, secondo il vocabolario tradizionale del diritto latino, i «presuli». Tali soggetti, come abbiamo segnalato sopra, sarebbero di fatto gli Eparchi e gli Esarchi presenti nel Brasile.

(23) Esarchia Apostolica Armena per l'America Latina e il Messico.

(24) L'Ordinariato per i fedeli di Riti orientali, con sede nell'Arcidiocesi di Rio de Janeiro prende cura dei fedeli di rito orientale che non hanno una gerarchia rituale propria nel Brasile. Non ha un ordinario del proprio Rito, ma un Vescovo di rito latino con questo ufficio cumulativo. Come già segnalava il P. Brogi all'indomani della promulgazione del *CCEO* (M. BROGI, *Il nuovo Codice orientale e la Chiesa latina*, in *Antonianum*, 66 (1991), pp. 59-60), il caso di questo Ordinariato per i fedeli di Riti orientali, ovvero la presenza di fedeli orientali nelle diocesi latine, è molto più comune che la presenza di altri fedeli in un'eparchia orientale. Questa situazione in cui si vedono immersi tanti fedeli orientali fa sì che si debba tornare a riflettere ancora di più sul valore del can. 214 *CIC* e del can. 17 *CCEO*, che sanciscono il diritto dei fedeli di rendere il culto a Dio secondo le legittime prescrizioni del proprio rito e di vivere secondo la propria spiritualità. Sulla cura pastorale dei fedeli orientali fuori del loro territorio: cfr. C. PUJOL, *Conditio fidelis orientalis ritus extra suum territorium*, in *Periodica de re morali canonica liturgica*, 73 (1984), pp. 489-504; M. THÉRIAULT, *Canonical questions brought about by the presence of Eastern Catholic in Latin areas in the light of the «Codex Canonum Ecclesiarum Orientalium»*, in questa *Rivista*, 3 (1991), pp. 201-232. Per tutto il discorso relativo al concetto di Chiesa particolare nel diritto canonico orientale, cfr. D.M. JAEGER, *Erezione di circoscrizioni ecclesiastiche orientali in territori a popolazione cattolica prevalentemente di rito latino: considerazioni canoniche e presupposti ecclesiologici*, in *Antonianum*, 75 (2000), pp. 499-521.

In relazione al loro voto il canone 450 § 1 *CIC* dice che è consultivo, tranne che gli Statuti delle Conferenze dispongano diversamente<sup>(25)</sup>. I presenti Statuti non hanno nessun articolo di carattere generale per definire globalmente la natura del voto dei suoi membri. Mancando quindi un riferimento espresso è da ritenersi che il voto abbia carattere consultivo.

#### 4. *I Vescovi non diocesani nella Cnbb.*

Il Codice di Diritto Canonico prevede l'appartenenza alle Conferenze dei Vescovi di «*omnes in territorio Episcopi dioecesani eisque iure aequiparati*», cioè, tutti i Vescovi diocesani del territorio e gli altri che sono giuridicamente equiparati, ma anche gli assimilati. Oltre a questi il diritto universale estende il diritto di appartenenza ai Vescovi coadiutori, ausiliari e ai titolari che vivono nel territorio con *peculiari munere ab Apostolica Sede vel ab Episcoporum conferentia demandato* (can. 450 § 1 *CIC*).

I Vescovi emeriti non godono di questa appartenenza *de iure* a norma del *CIC*. Questi Vescovi continuano ad essere membri del Collegio episcopale, ma non godono più dell'ufficio pastorale al quale hanno rinunciato; perciò essi continuano ad avere diritto di intervenire al Concilio ecumenico con voto deliberativo (cfr. can. 339 *CIC*) e nei Concili particolari (cfr. can. 443 § 2 *CIC*), giacché lì si manifesta ed esercita la collegialità episcopale, ma non, invece, nell'attività delle Conferenze dei Vescovi, che servono prevalentemente a coordinare l'esercizio di *alcune* funzioni pastorali<sup>(26)</sup>, che i Vescovi emeriti non possono esercitare più. La Santa Sede raccomanda però si provveda tuttavia ad informarli sulla vita della Conferenza in modo da avvalersi della loro riconosciuta esperienza pastorale<sup>(27)</sup>.

In questo contesto si inquadra l'art. 10 del nuovo Statuto dedicato ai Vescovi emeriti. Da una parte riconosce loro il diritto di partecipare alle Assemblee Generali (art. 35 *a*). Il loro voto è a carattere consultivo e inoltre non hanno l'obbligo di assistenza che aspetta in-

---

(25) L'eventuale concessione del voto deliberativo ai Vescovi orientali presenti nella Conferenza dei Vescovi attribuisce competenza propria alla Congregazione per le Chiese Orientali nel processo di *recognitio* delle dichiarazioni dottrinali autentiche di esse. Cfr. CONGREGATIO PRO EPISCOPIS, *Epistula Praesidibus Episcoporum Conferentiarum missa nomine quoque Congr. pro Gentium Evangelizatione*, 1999 giugno 21, in *AAS*, 91 (1999), pp. 996-999, n. 4.

(26) Cfr. *Apostolos suos*, n. 10.

(27) CONGREGATIO PRO EPISCOPIS, *Normae In vita Ecclesiae de episcopis ab officio cessantibus*, 1988 octobris 31, in *Communicationes*, 20 (1988), pp. 167-168; *Apostolos suos*, n. 17.



vece agli aventi diritto nella Cnbb (art. 33). In più possono essere annoverati tra gli eventuali collaboratori delle Commissioni Episcopali e Gruppi di Lavoro.

Oltre i Vescovi emeriti, sono invitati tutti gli altri Vescovi domiciliati nel Brasile e in comunione con la Santa Sede<sup>(28)</sup>, con indipendentemente dal loro Rito. Questo inciso include i Prelati personali che siano insigniti del carattere episcopale. Devono inoltre essere invitati i Vescovi nominati o eletti che, non ancora ordinati od ordinati che non hanno ancora presso possesso del loro ufficio, e quindi non fanno parte della Cnbb con diritto proprio.

In relazione al Nunzio apostolico l'art. 36 dice che è invitato alle sessioni dell'Assemblea Generale. Nulla si dice sul suo eventuale diritto di voto e sulla sua eventuale natura. Da una parte la norma dell'art. 36 pare ridondante, giacché l'art. 9 c) concede diritto proprio d'appartenenza alla Cnbb ai Vescovi titolari che esercitino in Brasile un incarico affidatogli dalla Santa Sede. Se si accetta allora questa tesi, si evince che, benché lo Statuto non dica nulla sul suo diritto di voto, egli ne gode, a norma del can. 454 § 2 CIC, ma solo a carattere consultivo. Tuttavia esclusivamente nella ipotesi di un Nunzio apostolico non insignito del carattere episcopale dovrebbe essere applicato, a nostro avviso, l'art. 36 e solo allora il Nunzio sarebbe un invitato alla Cnbb, non più un membro di diritto (can. 450 § 2 CIC).

##### 5. Ricezione dell'Apostolos suos nel nuovo Statuto.

Uno degli argomenti più importanti della riforma auspicata dagli Statuti delle Conferenze dei Vescovi<sup>(29)</sup> è relativa alla potestà magisteriale delle medesime, ovvero alla possibilità di presentare dottrine con autorità magisteriale.

Il testo in esame si è occupato infatti di questo assunto nell'art. 42. Due sono le modalità riconosciute affinché una dichiarazione relativa alla dottrina possa essere ritenuta di magistero autentico: la prima se tutti i «Vescovi» della Cnbb approvano la dichiarazione a unanimità; la seconda se l'approvazione viene da almeno due terzi dei Ve-

(28) L'inciso relativo alla comunione con la Santa Sede non è, come potrebbe sembrare, protocollare. Cfr. J.I. ALONSO PÉREZ, *Nota al recente Riconoscimento della piena Comunione Ecclesiale dei Membri dell'Unione sacerdotale «San Giovanni Maria Vianney» e la successiva erezione di un'Amministrazione Apostolica Personale*, in *Il Diritto ecclesiastico*, 115 (2003), pp. 175-194.

(29) CONGREGATIO PRO EPISCOPIS, *Epistula... cit.*, n. 12, e il suo commento in: J.I. ARRIETA, *La revisione degli statuti delle conferenze episcopali*, in questa *Rivista*, 11 (1999), pp. 578-582.

scovi « aventi voto deliberativo » ed è poi rivista dalla Santa Sede e questa concede la *recognitio* <sup>(30)</sup>.

Il contenuto di questo articolo della Cnbb è identico a quello di alcune tra le più importanti Conferenze che hanno modificato i loro Statuti dopo l'*Apostolos suos* <sup>(31)</sup>. Si noti, però, che quando l'articolo 1 delle Norme complementarie dell'*Apostolos suos* <sup>(32)</sup> parla delle dichiarazioni autentiche che non richiedono l'intervento della Santa Sede, ovvero le dichiarazioni unanimi, si fa riferimento solo ai « Vescovi » (*Episcopis membris*); nelle decisioni, invece, ove è l'intervento della Santa Sede a rendersi garante del valore magisteriale delle dichiarazioni che altrimenti non ne avrebbero, la maggioranza richiesta dal diritto è relativa a tutti i « Presuli » (*rectius*: gli aventi voto deliberativo), includendo quindi i membri che non sono insigniti del carattere episcopale. Come è ammesso da autorevole dottrina <sup>(33)</sup>, la lettura sistematica del n. 22 dell'*Apostolos suos*, l'articolo appena riferito della

---

<sup>(30)</sup> Sul significato tecnico-giuridico della *recognitio*: P. KRÄMER, *Las Conferencias episcopales y la Santa Sede*, in J. MANZANARES-A. GARCÍA Y GARCÍA-H. LEGRAND (a cura di), *Naturaleza y futuro de las Conferencias episcopales. Actas del Coloquio Internacional de Salamanca, 3-8 enero 1988*, Salamanca, 1998, p. 172 ss.; S. DE CARLO, *Il potere normativo delle Conferenze episcopali*, in questa *Rivista*, 13 (2001), pp. 168-171.

<sup>(31)</sup> CONFERENZA EPISCOPALE ITALIANA, *cit.*, art. 17; CONFERENCIA EPISCOPAL ESPAÑOLA, *Estatutos de la Conferencia Episcopal Española*, in *Boletín de la Conferencia Episcopal Española*, art. 14 § 2. L'importanza di queste Conferenze di Vescovi è palese, ma non meno importante è la *United States Conference of Catholic Bishops* (USCCB), che ha utilizzato una formula diversa. L'articolo 15 degli Statuti della USCCB recita: « In order to constitute an act of the authentic magisterium and be issued in the name of the Conference, doctrinal declarations must be approved in the Plenary Assembly by unanimous vote of the members, or by a majority of at least two thirds of the bishops holding a deliberative vote. In the latter case, the *recognitio* of the Holy See must precede promulgation (AS 22) » (USCCB, *Statutes, Bylaws, Handbook*, Washington, 2001, p. 13). Il corsivo è nostro. Questa formula non esclude sicuramente nessun membro della Conferenza nelle votazioni dottrinali, se queste raggiungono l'unanimità. Sembrerebbe mantenersi l'esclusione in relazione al grado di ordinazione, secondo alcuna delle letture possibili, per le votazioni ove non si raggiungesse l'unanimità.

<sup>(32)</sup> *Apostolos suos*, *Norme complementari sulle Conferenze dei Vescovi*, articolo 1: « Ut doctrinales Conferentiae episcopalis declarationes, secundum n. 22 harum litterarum, magisterium sint authenticum et eae ipsius Conferentiae nomine evulgentur, oportet ut ab omnibus Episcopis Conferentiae membris comprobentur, vel postquam eas in plenario conventu duae saltem partes *Praesulum qui ad Conferentiam pertinent* ipsique suffragio deliberativo fruuntur comprobaverunt, ab Apostolica Sede illae recognoscantur ». Il corsivo è nostro.

<sup>(33)</sup> Cfr. G. GHIRLANDA, *Il M.P. Apostolos suos sulle conferenze dei Vescovi*, *cit.*, p. 652-657.

stessa *Apostolos suos*, il n. 3 della Lettera ai Presidenti delle Conferenze dei Vescovi e, ora, i testi degli Statuti delle Conferenze dopo le revisioni dalla Santa Sede, desta alcune perplessità.

La Lettera ai Presidenti delle Conferenze dei Vescovi è un documento che pretende servire di amminicolo per le Conferenze dei Vescovi nel loro compito di adeguare i loro Statuti alle previsioni dell'*Apostolos suos*. Ma l'articolo 3 della Lettera<sup>(34)</sup>, riferendosi alle votazioni delle Assemblee generali su dottrina che non raggiungano l'unanimità, afferma che il voto aspetta solo ai «Vescovi» aventi voto deliberativo, escludendo di conseguenza gli altri «Presuli» non Vescovi; questa è la lettura che le anzidette Conferenze hanno accolto nei loro Statuti e che ha ricevuto la *recognitio* dalla Santa Sede.

Orbene, se si accetta che il Legislatore non incorre in contraddizioni interne, non si vede come si possa togliere ai Presuli non insiguiti del carattere episcopale il loro diritto a partecipare nel secondo tipo di votazioni a contenuto dottrinale.

Sostenere questa lettura porterebbe, però, a due conseguenze.

La prima sarebbe relativa all'illegittimità non solo del testo suggerito dalla Lettera ai Presidenti delle Conferenze, ma anche del testo Statutario di tutte le Conferenze che hanno accolto questa interpretazione.

La seconda conseguenza sarebbe relativa al normale svolgimento delle votazioni e delle sedute dell'Assemblea Generale. L'unanimità o meno di una votazione non si può prevedere prima di effettuarla, ma soltanto riconoscerla al suo espletamento. Sarebbe coraggioso intendere che si deve restringere la votazione ai soli membri Vescovi ogni qual volta l'Assemblea pretendesse di occuparsi di una dichiarazione dottrinale e che poi, una volta accertata la mancanza di unanimità, si dovrebbe celebrare una seconda votazione sullo stesso argomento includendo, ora sì, gli altri Presuli non Vescovi.

Come si vede, tali conclusioni sono a tal punto gravi che genererebbero un gran disordine nell'intera regolamentazione di fatto delle Conferenze dei Vescovi. Vi sono, però, alcuni elementi che ci fanno dubitare della fondatezza di questa interpretazione.

Si può proporre intendere invece che il Legislatore dell'*Apostolos suos*, quando si è riferito ai «Presuli che appartengono alla Conferenza con voto deliberativo» in questo tipo di votazioni, intendesse ri-

---

(34) «Le dichiarazioni dottrinali della Conferenza, perché possano costituire un magistero autentico ed essere pubblicate a nome della Conferenza stessa, devono essere approvate in Assemblea Plenaria o con il voto unanime dei membri Vescovi o con la maggioranza di almeno due terzi dei *Vescovi aventi voto deliberativo*; in quest'ultimo caso, però, alla promulgazione deve precedere la "*recognitio*" della Santa Sede». Il corsivo è nostro.

ferirsi ai soli Vescovi, nello stesso modo in cui hanno fatto i Dicasteri e le Conferenze. In più ci pare che la lettura dei documenti vaticani e degli Statuti delle Conferenze sarebbe così confacente con l'intero testo e contesto (can. 17 *CIC*) dell'*Apostolos suos*, che ha voluto ordinare l'esercizio congiunto della funzione dottrinale del ministero episcopale nel seno delle Conferenze dei Vescovi. L'efficacia vincolante degli atti del ministero episcopale esercitato congiuntamente in seno alle Conferenze e in comunione con la Sede Apostolica deriva dal fatto che questa ha costituito tali organismi ed ha loro affidato, sulla base della sacra potestà dei singoli Vescovi, precise competenze<sup>(35)</sup>. È solo la riserva fatta da parte della Santa Sede a creare un diritto a favore di una certa categoria di Ordinari, che in nessun caso gode di tale prerogativa di esercizio congiunto della funzione dottrinale all'interno delle Conferenze dei Vescovi prima dell'intervento della Suprema Autorità a loro favore.

In principio, non parrebbe che vi fossero differenze di grado magisteriale tra i Vescovi e gli altri Presuli, per quanto tutti loro aventi diritto ad esercitare il magistero ordinario nei Concili ecumenici. L'esercizio del magistero in qualunque altro organismo che non sia di diritto divino è soggetto all'innato diritto della Santa Sede ad ordinarlo. Tale è il caso in specie, cioè l'esercizio congiunto della funzione dottrinale all'interno delle Conferenze dei Vescovi, che la Santa Sede può riservare o meno ai Vescovi e agli altri Presuli o solo ai Vescovi e il diritto a votare in queste votazioni. Non si comprenderebbe però la logica dell'esclusione dei Presuli per le votazioni che raggiungono l'unanimità, come indiscutibilmente fa l'*Apostolos suos*, se poi, eventualmente, fossero inclusi nelle altre votazioni che richiedono solo la maggioranza qualificata. Nell'ambito delle Conferenze dei Vescovi tutto è soggetto all'eventuale riserva o concessione previa fatta a loro favore dalla Suprema Autorità<sup>(36)</sup>.

Vi sarebbe ancora una terza lettura possibile del testo in questione, secondo la quale l'uso dei termini «Presule» e «Vescovo» sarebbe equipollente, rispondente in questo contesto a una licenza stilistica. Questo farebbe sì che tutti i Presuli, ovvero tutti coloro ai quali la Santa Sede ha affidato la cura di una Chiesa particolare, indipendentemente del loro grado di ordinazione, abbiano diritto a partecipare e votare nelle decisioni che riguardano la dottrina. Così si parificherebbero le procedure per le votazioni di unanimità a quelle di maggioranza qualificata, evitando le incomprensioni di sopra. Questa lettura si porrebbe nel solco della indiscussa partecipazione di questi

<sup>(35)</sup> *Apostolos suos*, n. 13.

<sup>(36)</sup> In sintonia con la nostra tesi: cfr. J.I. ARRIETA, *La revisione degli statuti delle conferenze episcopali*, cit., p. 580.

altri Presuli nel *munus* magisteriale dei Vescovi, giacché hanno partecipato perfino nei Concili ecumenici (cfr. can. 223 § 1 *CIC* 1917).

Inoltre, la lettura del testo completo dell'*Apostolos suos* potrebbe concorrere a sostenere questa esegesi. Infatti l'*Apostolos suos* usa il termine «Presule» due volte oltre al brano novellato. Una nel n. 16, riferito al contenuto del can. 448 § 2 *CIC* sull'opportunità di costituire Conferenze dei Vescovi in ambito sopranazionale: sarebbe qui palese che quando si riferisce ai «Presuli di Chiese particolari esistenti in diverse nazioni» non vi è nessuna intenzione di distinguere Vescovi da altri Prelati, ma soltanto di evitare di ripetere l'identico termine linguistico in una stessa frase. La seconda occasione in cui appare il termine «Presule» nell'*Apostolos suos* è nel n. 19 e lo si fa proprio per indicare l'uguaglianza tra i Vescovi e i Presuli a loro equiparati nell'ambito del loro ufficio a fronte di una Chiesa particolare.

Pur apprezzando la solidità teologica dei ragionamenti alla base di questa terza ermeneusi, si allontana dal testo e dal contesto di riordino dell'*Apostolos suos*. La saldezza teorica di questa tesi sta a riprovare però altro principio: che, premessa la possibilità di estendere tale diritto a tutti i Prelati, e visto che di fatto lo si riserva ai soli Vescovi, questa «riserva» resta sempre nell'ambito della libertà della Suprema Autorità. Infatti la Santa Sede potrebbe modificare in futuro la sua decisione di riservare tale competenza ai soli Vescovi ed estenderla anche agli altri Presuli come si fa, ad esempio, per le votazioni dei decreti generali nelle Conferenze dei Vescovi (can. 455 *CIC*) e come si è fatto in passato nei Concili ecumenici, senza sminuire né la legittimità né la libertà della decisione.

Al di là di tale questione, è evidente che il fondamento dell'articolo 42 dello Statuto si trova nell'*Apostolos suos*, sostenuto dalle raccomandazioni del Sinodo straordinario dei Vescovi del 1985<sup>(37)</sup>, e richiama nuovamente la natura delle Conferenze dei Vescovi quali organismi, prevalentemente, di coordinamento della pastorale.

Il principio alla base di questa tematica è l'insostituibilità della responsabilità personale di ogni Vescovo in relazione alla porzione del popolo di Dio che gli è stata affidata con la *missio canonica*<sup>(38)</sup>. Proprio su questa scia trova fondamento il n. 22 dell'*Apostolos suos*, che non fa altro che chiarificare e concretizzare quanto già previsto dal Legislatore universale nel can. 753 *CIC*, in modo che le dichiarazioni

---

(37) SINODUS EPISCOPORUM (IN COETUM EXTRAORDINARIUM CONGREGATA, 1985), *Relatio finalis, Ecclesia sub verbo Dei mysteria Christi celebrans pros salute mundi*, 1985 decembris 5, II, C), 8, b), in *L'Osservatore Romano*, 125 (1985), 1985 dicembre 10, suppl. *Sinodo Straordinario Documenti*, n. 7, p. IV.

(38) Cfr. V. FAGIOLO, «Potestas» del vescovo e conferenza episcopale, in questa *Rivista*, 1 (1999), pp. 47-67.

dottrinali delle Conferenze dei Vescovi favoriscano la comunione e preparino eventuali interventi del magistero universale. Qui trova senso la necessità della *recognitio* delle dichiarazioni dottrinali delle Conferenze, con una maggioranza di almeno due terzi degli aventi diritto, ma che non raggiunge l'unanimità, affinché siano espressione della comunione gerarchica che lega i Vescovi al Romano Pontefice.

Il testo dello Statuto non concede a nessuna Commissione, se non al Consiglio Permanente e alla Presidenza della Cnbb, ma a certe condizioni, la facoltà di fare altri tipi di pronunce pubbliche a carattere non magisteriale. Il Consiglio Permanente, l'organo più rappresentativo della Conferenza al di fuori dell'Assemblea Generale, può emanare dichiarazioni a nome proprio (art. 49 *g*), ma può anche pronunciarsi nel nome di tutta la Cnbb nei periodi intercorrenti tra un'Assemblea e l'altra solo se ciò è necessario (art. 49 *b*). La Presidenza gode di una certa capacità per pronunciarsi a nome della Cnbb (art. 52 *c*), ma l'intenzione statutaria è che non si abusi di questa facoltà, perciò si chiede di farne uso solo quando vi sia urgenza e, se possibile, consultando altri membri del Consiglio Permanente.

##### 5. *Ricapitolazione.*

Dalla riforma dello Statuto risulta che gli organismi della Conferenza con competenze più larghe e decisive sono, senza dubbio, l'Assemblea e il Consiglio Permanente, insieme alla Presidenza. Questi hanno un carattere prevalentemente decisionale, mentre altri organismi possono avere tale carattere solo durante gli intervalli in che i primi non sono riuniti, e comunque in misura limitata.

Visto che l'Assemblea si riunisce in seduta ordinaria una sola volta l'anno e il Consiglio Permanente tre, si evince che il loro ruolo decisionale ha un carattere programmatico di segnalazione delle grandi linee di attuazione, ma non di gestione ordinaria dell'attività della Conferenza. Questo ruolo spetta alla Presidenza, che è costituita da solo tre membri, tutti eletti dall'Assemblea Generale. La Presidenza si riunisce di norma una volta il mese; il Consiglio Permanente si riunisce tre volte l'anno in sessione ordinaria; il Consep sei volte l'anno. Questa frequenza nelle riunioni rende possibile la gestione ordinaria della Conferenza da parte di questi organismi.

Il Consiglio Permanente è cresciuto considerevolmente grazie soprattutto all'incremento dei membri che sono eletti dai Consigli Regionali. In questo modo i Consigli Regionali acquisiscono un ruolo più importante all'interno del Consiglio Permanente a detrimento dell'Assemblea.

La creazione delle Commissioni Episcopali Pastorali ha modificato sostanzialmente le attribuzioni delle competenze all'interno della Conferenza, liberando l'Assemblea di tante questioni che adesso si

possono risolvere in modo settoriale. Le Commissioni Episcopali Pastorali sono formate da almeno tre Vescovi che sono eletti dal Consiglio Permanente, tranne il Vescovo presidente, che è eletto dall'Assemblea Generale e ha diritto di partecipare al Consiglio Permanente. Questa importantissima riforma rende la Cnbb un organismo pienamente episcopale anche nel suo funzionamento, relegando l'intervento dei non membri della Cnbb — assessori, periti ed invitati — a compiti assistenziali degli organismi episcopali.

Possiamo quindi parlare di uno Statuto che ha accolto le direttive dell'*Apostolos suos* e che omogeneizza la sua struttura al resto delle Conferenze dei Vescovi, salvando la legittima autonomia che le aspetta in modo da servire meglio ai sacri Pastori della Chiesa che vive ed opera nel Brasile.

*José Ignacio Alonso Pérez*

